



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CENTRO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA**

EDITAL Nº 13/2024/CEAD/UFCA

PROCESSO SELETIVO ESPECIAL DISCENTE – PSED 2025.1 PARA CURSOS NA MODALIDADE EAD

O CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (CEAD) e a PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD) da UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA), por meio da Comissão Coordenadora de Processo Seletivo Especial Discente (PSED), no uso de suas atribuições legais, divulga e estabelece normas e procedimentos para inscrição, concorrência e convocação para preenchimento das vagas totais disponibilizadas para os cursos de graduação à distância de LICENCIATURA EM MATEMÁTICA, LICENCIATURA EM FILOSOFIA, CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO FINANCEIRA, CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PRODUÇÃO MULTIMÍDIA, CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM BANCO DE DADOS, CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS GERENCIAIS a serem oferecidos pela UFCA, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB/CAPES/MEC, observadas as normas do Centro de Educação a Distância (CEAD) da UFCA, da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFCA e da legislação pertinente e complementar da UAB/CAPES/MEC, máxime o disposto na legislação da Educação Brasileira, nos Decretos nº 5.800/2006, nº 9.057/2017, bem como nas leis nº 8.405/1992, na LDB nº 9.394/1996, 11.273/2006, nº 11.502/2007, nº 12.772/2012 e nas Portarias da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), nº 183/2016, nº 15/2017, nº 139/2017, nº 102/2019, nº 33/2023 e na Instrução Normativa nº 2/2017/CAPES.

Índice

1. DAS NORMAS GERAIS.....	2
2. DOS CURSOS.....	4
3. DAS MODALIDADES DE CONCORRÊNCIA.....	4
4. DAS VAGAS.....	5
I. Da oferta.....	5
II. Do remanejamento.....	6
III. Da ocupação.....	7
5. DO(A)S CANDIDATO(A)S.....	7
I. Regras de concorrência.....	7
a) nota do ENEM dos últimos 10 anos.....	8
b) média do histórico escolar.....	8
II. Regras de exclusão.....	9

III. Regras de desempate.....	10
6. DAS ETAPAS.....	11
I. Inscrições.....	11
II. Chamadas de Pré-cadastro.....	12
III. Convocações de Matrícula.....	13
7. DAS AÇÕES AFIRMATIVAS.....	14
I. Reservas de vagas.....	14
a) Pessoas oriundas de escolas públicas.....	14
b) Pessoas com renda familiar per capita menor ou igual a 1 salário-mínimo.....	16
c) Pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas.....	16
d) Pessoas com deficiência.....	17
e) Quilombolas.....	19
f) Cursos de Licenciatura – Docentes da Educação Básica.....	20
g) Cursos de Tecnologia - Agentes Públicos.....	20
8. DO CRONOGRAMA.....	21
9. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	21
ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO POR MODALIDADE.....	23
ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO BÁSICA.....	24
ANEXO III – DOCUMENTAÇÃO DE RENDA.....	25
ANEXO IV – DOCUMENTAÇÃO PARA HETEROIDENTIFICAÇÃO.....	29
ANEXO V – DOCUMENTAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA.....	30
ANEXO VI – DOCUMENTAÇÃO PARA QUILOMBOLAS.....	31
ANEXO VII – TABELA DE CONVERSÃO DE NOTAS DO ENSINO MÉDIO.....	32
Formulário 01 – Declaração de não possuir histórico escolar do ensino médio regular ainda que parcial/incompleto.....	33
Formulário 02 – Declaração de composição do núcleo e renda bruta familiar.....	34
Formulário 03 – Declaração de que não possui Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).....	35
Formulário 04 – Declaração de trabalhador rural.....	36
Formulário 05 – Declaração de trabalho autônomo(a) / profissional liberal / trabalho informal.....	37
Formulário 06 – Declaração de desemprego.....	38
Formulário 07 – Autodeclaração de cor/raça.....	39
Formulário 08 – Laudo de avaliação de deficiência física, auditiva, visual, mental e/ou múltipla.....	40
Formulário 09 – Relatório neuropsicológico sucinto – Deficiência intelectual.....	42
Formulário 10 – Autodeclaração de pertencimento étnico quilombola.....	43
Formulário 11 – Declaração de não possuir formação em nível superior.....	44

1 DAS NORMAS GERAIS

1.1 O Processo Seletivo Especial Discente (PSED), para ingresso no período letivo 2025.1 nos cursos de graduação à distância da UFCA, será coordenado e executado pela Comissão Coordenadora, instituída por Portaria do Gabinete da Reitoria (GR/UFCA).

1.2 A condição de ser, ou já ter sido, aluno(a) de graduação da UFCA, seja em cursos à distância ou presenciais, não dispensa o(a) candidato(a) das exigências de cada etapa deste processo seletivo.

1.3 O(A)s candidato(a)s convocado(a)s para ocupar as vagas disponibilizadas neste edital **deverão comparecer ao polo de vinculação para confirmação presencial de matrícula** nos termos do item 6.13, sob pena de exclusão do processo seletivo.

1.4 Todos os estudantes dos cursos de Graduação à distância contemplados no presente edital **deverão participar de atividades presenciais obrigatórias, nos**

termos da legislação vigente, a serem realizadas nos Polos de Apoio Presencial ou em espaços específicos no município sede do polo.

1.4.1 As atividades presenciais envolvem encontros para aulas presenciais, atividades em laboratórios, estágios supervisionados, atividades e projetos extensionistas, projetos integradores, oficinas, tutorias, avaliações, dentre outras que podem ser desenvolvidas preferencialmente aos sábados.

1.4.2 É de inteira responsabilidade do(a) estudante custear a sua frequência nos encontros presenciais no Polo escolhido, durante a realização do Curso. Estes encontros presenciais serão previamente fixados no calendário acadêmico do curso.

1.5 O(A) candidato(a) aprovado(a) e classificado(a) deverá, durante a etapa de pré-cadastro deste processo, ter concluído o curso de Ensino Médio ou equivalente.

1.6 É de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) certificar-se de que cumpre os requisitos estabelecidos para acesso à vaga pleiteada, assim como o conhecimento das publicações referentes a este processo seletivo e a observância das normas, procedimentos, prazos, locais e formas de atendimento previstos neste Edital e em suas convocações.

1.7 A UFCA se desobriga de qualquer publicação pela imprensa ou qualquer outro veículo de comunicação de massa ou divulgação diferente do endereço <https://www.ufca.edu.br/cursos/educacao-a-distancia/centro-de-educacao-a-distancia/editais-e-selecoes/>.

1.8 O PSED utilizará os dados, documentos e informações enviadas eletronicamente por meio do formulário eletrônico de inscrição e dos documentos submetidos no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA/UFCA), nos termos do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

1.8.1 Os documentos digitalizados deverão ser encaminhados conforme indicação do sistema, possuindo no máximo 10 Mb e formato .pdf.

1.9 A inscrição do(a) candidato(a) neste processo seletivo implica consentimento quanto ao armazenamento, utilização e divulgação de suas notas e informações prestadas neste processo seletivo, inclusive aquelas constantes do questionário socioeconômico, nos termos da **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**.

1.10 A inscrição do(a) candidato(a) no PSED 2025.1 implica conhecimento e concordância expressa das normas estabelecidas neste Edital e na legislação correspondente.

1.11 A inscrição do(a) candidato(a) no processo seletivo no PSED 2025.1 implica também a autorização de gravação de áudio e vídeo de parte ou de todas as fases do procedimento, a critério da UFCA, e da utilização do material audiovisual que venha a ser produzido para o estrito fim de garantir a transparência e a efetividade do processo seletivo, sem que nada possa ser requerido a título de direitos conexos à imagem ou a qualquer outro.

1.12 A UFCA realizará a deleção ou eliminação de toda e qualquer documentação enviada pelo(a)s candidato(a)s excluído(a)s no presente processo seletivo no prazo de 2 (dois) anos, a contar da data de envio da mesma.

2 DOS CURSOS

2.1 A lista de cursos deste processo seletivo, grau e duração padrão, consta na tabela abaixo:

Curso	Grau	Duração (anos)	Portaria de Autorização ou Reconhecimento
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnologia	2	Resolução CONSUNI/UFCA N. 80/2022
Banco de Dados	Tecnologia	2	Resolução CONSUNI/UFCA N. 239/2024
Filosofia	Licenciatura	4	Resolução CONSUNI/UFCA N. 121/2022
Gestão Financeira	Tecnologia	2,5	Resolução CONSUNI/UFCA N. 137/2023
Matemática	Licenciatura	4	Resolução CONSUNI/UFCA N. 120/2022
Processos Gerenciais	Tecnologia	2	Resolução CONSUNI/UFCA N. 240/2024
Produção Multimídia	Tecnologia	2	Resolução CONSUNI/UFCA N. 81/2022

2.2 A duração padrão considera o cumprimento regular da estrutura curricular mais recente vigente em cada curso.

3 DAS MODALIDADES DE CONCORRÊNCIA

3.1 Chamam-se modalidades de concorrência a ampla concorrência (**AC**) e cada uma das cotas, definidas pela Lei nº 12.711/2012, pela Portaria Normativa nº 18/2012 e suas atualizações, bem como as reservas prioritárias definidas no Edital nº 25/2023/UAB/CAPES, descritas pelas seguintes combinações de **reservas de vagas**:

LB_Q – Candidato(a)s autodeclarado(a)s quilombolas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;

LI_Q – Candidato(a)s autodeclarado(a)s quilombolas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;

LB_PCD – Candidato(a)s com deficiência que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;

LI_PCD – Candidato(a)s com deficiência que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;

LB_PPI – Candidato(a)s autodeclarado(a)s preto(a)s, pardo(a)s ou indígenas, com renda familiar bruta per capita (por pessoa) igual ou inferior a 1 salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;

LI_PPI – Candidato(a)s autodeclarado(a)s preto(a)s, pardo(a)s ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;

LB_EP – Candidato(a)s com renda familiar bruta per capita (por pessoa) igual ou inferior a 1 salário-mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;

LI_EP – Candidato(a)s que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

RDB – Candidatos aos cursos de Licenciatura que sejam professores e não possuam nível superior ou atuem fora da área de formação.

RAP – Candidatos ao CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS GERENCIAIS atuando como agentes públicos, na administração ou gestão pública, com vínculo temporário ou permanente.

3.1.1 A reserva prioritária da modalidade RDB e RAP correspondem às vagas definidas nos itens 5.5.1 e 5.5.2 do Edital nº 25/2023/UAB/CAPES.

4 DAS VAGAS

4.1 As vagas deste processo seletivo serão ofertadas por curso de graduação, polo e modalidade de concorrência.

I. Da oferta

4.2 Este processo ofertará um total de 1400 vagas, distribuídas da seguinte maneira:

INGRESSO EM 2025.1

Análise e Desenvolvimento de Sistemas										
Polo	AC	LI_EP	LB_EP	LI_PPI	LB_PPI	LI_PCD	LB_PCD	LI_Q	LB_Q	Total
Caucaia	7	1	1	4	4	1	1	0	1	20
Itapipoca	13	1	1	6	6	1	1	0	1	30
Juazeiro do Norte	13	1	1	6	6	1	1	0	1	30
Lavras da Mangabeira	7	1	1	4	4	1	1	0	1	20
Maracanaú	13	1	1	6	6	1	1	0	1	30
Mauriti	7	1	1	4	4	1	1	0	1	20
Milagres	7	1	1	4	4	1	1	0	1	20
Várzea Alegre	13	1	1	6	6	1	1	0	1	30

Banco de Dados										
Polo	AC	LI_EP	LB_EP	LI_PPI	LB_PPI	LI_PCD	LB_PCD	LI_Q	LB_Q	Total
Barbalha	13	1	1	6	6	1	1	0	1	30
Icó	13	1	1	6	6	1	1	0	1	30
Juazeiro do Norte	13	1	1	6	6	1	1	0	1	30
Lavras da Mangabeira	13	1	1	6	6	1	1	0	1	30
Pedra Branca	13	1	1	6	6	1	1	0	1	30

Filosofia											
Polo	AC	RDB	LI_EP	LB_EP	LI_PPI	LB_PPI	LI_PCD	LB_PCD	LI_Q	LB_Q	Total
Acopiara	9	10	1	1	8	8	1	1	0	1	40
Campos Sales	9	10	1	1	8	8	1	1	0	1	40
Caucaia	9	10	1	1	8	8	1	1	0	1	40
Itapipoca	9	10	1	1	8	8	1	1	0	1	40
Lavras da Mangabeira	6	7	1	1	6	6	1	1	0	1	30
Mauriti	9	10	1	1	8	8	1	1	0	1	40
Russas	9	10	1	1	8	8	1	1	0	1	40
Várzea Alegre	6	7	1	1	6	6	1	1	0	1	30

Gestão Financeira											
Polo	AC	LI_EP	LB_EP	LI_PPI	LB_PPI	LI_PCD	LB_PCD	LI_Q	LB_Q	Total	
Jaguaribe	13	1	1	6	6	1	1	0	1	30	
Juazeiro do Norte	13	1	1	6	6	1	1	0	1	30	
Maranguape	13	1	1	6	6	1	1	0	1	30	
Piquet Carneiro	13	1	1	6	6	1	1	0	1	30	
Quixadá	13	1	1	6	6	1	1	0	1	30	

Matemática											
Polo	AC	RDB	LI_EP	LB_EP	LI_PPI	LB_PPI	LI_PCD	LB_PCD	LI_Q	LB_Q	Total
Assaré	9	10	1	1	8	8	1	1	0	1	40
Boa Viagem	9	10	1	1	8	8	1	1	0	1	40
Brejo Santo	6	7	1	1	6	6	1	1	0	1	30
Icó	9	10	1	1	8	8	1	1	0	1	40
Piquet Carneiro	6	7	1	1	6	6	1	1	0	1	30
Russas	9	10	1	1	8	8	1	1	0	1	40
Santa Quitéria	9	10	1	1	8	8	1	1	0	1	40
Várzea Alegre	9	10	1	1	8	8	1	1	0	1	40

Processos Gerenciais											
Polo	AC	RAP	LI_EP	LB_EP	LI_PPI	LB_PPI	LI_PCD	LB_PCD	LI_Q	LB_Q	Total
Assaré	6	7	1	1	6	6	1	1	0	1	30
Campos Sales	6	7	1	1	6	6	1	1	0	1	30
Icó	6	7	1	1	6	6	1	1	0	1	30
Juazeiro do Norte	6	7	1	1	6	6	1	1	0	1	30
Várzea Alegre	6	7	1	1	6	6	1	1	0	1	30

Produção Multimídia											
Polo	AC	LI_EP	LB_EP	LI_PPI	LB_PPI	LI_PCD	LB_PCD	LI_Q	LB_Q	Total	
Maranguape	13	1	1	6	6	1	1	0	1	30	
Milagres	13	1	1	6	6	1	1	0	1	30	
Pedra Branca	13	1	1	6	6	1	1	0	1	30	
Piquet Carneiro	13	1	1	6	6	1	1	0	1	30	
Várzea Alegre	13	1	1	6	6	1	1	0	1	30	

II. Do remanejamento

4.3 Se não houver mais candidato(a)s disponíveis para o preenchimento de vagas de uma determinada modalidade/polo/curso, as vagas serão remanejadas para outras modalidades do mesmo polo e curso utilizando a ordem de preferência descrita na tabela a seguir:

Cota original da vaga	Ordem de Remanejamento das Vagas								
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª
LB_Q	LI_Q	LB_PCD	LI_PCD	LB_PPI	LI_PPI	LB_EP	LI_EP	RAP/RDB	AC
LI_Q	LB_Q	LB_PCD	LI_PCD	LB_PPI	LI_PPI	LB_EP	LI_EP	RAP/RDB	AC
LB_PCD	LB_Q	LI_Q	LI_PCD	LB_PPI	LI_PPI	LB_EP	LI_EP	RAP/RDB	AC
LI_PCD	LB_Q	LI_Q	LB_PCD	LB_PPI	LI_PPI	LB_EP	LI_EP	RAP/RDB	AC
LB_PPI	LB_Q	LI_Q	LB_PCD	LI_PCD	LI_PPI	LB_EP	LI_EP	RAP/RDB	AC
LI_PPI	LB_Q	LI_Q	LB_PCD	LI_PCD	LB_PPI	LB_EP	LI_EP	RAP/RDB	AC
LB_EP	LB_Q	LI_Q	LB_PCD	LI_PCD	LB_PPI	LI_PPI	LI_EP	RAP/RDB	AC
LI_EP	LB_Q	LI_Q	LB_PCD	LI_PCD	LB_PPI	LI_PPI	LB_EP	RAP/RDB	AC
RAP/RDB	LB_Q	LI_Q	LB_PCD	LI_PCD	LB_PPI	LI_PPI	LB_EP	LI_EP	AC

III. Da ocupação

4.4 As vagas serão consideradas ocupadas apenas após a confirmação presencial de matrícula de candidato(a)s convocado(a)s nos termos do item 6.13.

4.5 Na hipótese de não confirmação da matrícula ou de exclusão de candidato(a)s matriculado(a)s as vagas tornam-se disponíveis novamente, podendo ser remanejadas e/ou reocupadas até o encerramento do processo seletivo.

4.5.1 Para todos os cursos com vagas disponibilizadas neste edital a convocação de candidato(a)s será realizada para vagas surgidas até o cumprimento de 15% dos dias letivos do semestre de entrada no curso do(a) candidato(a), conforme o Calendário Universitário correspondente.

5 DO(A)S CANDIDATO(A)S

5.1 Serão considerados candidato(a)s neste processo seletivo aquele(a)s que constarem na Lista Geral de Inscritos, nos termos do item 6.6.

I. Regras de concorrência

5.2 A concorrência neste processo seletivo ocorrerá exclusivamente por um dos critérios a seguir:

a) nota do ENEM dos últimos 10 (dez) anos

5.3 A nota do ENEM será utilizada apenas para o(a)s candidato(a)s que optarem por concorrer às vagas da ampla concorrência e das cotas reservadas pela Lei nº 12.711/2012.

5.3.1 O(A) candidato(a) constará na lista da ampla concorrência e também nas listas das modalidades em que se enquadrar de acordo com o perfil socioeconômico informado no ato da inscrição neste processo seletivo.

5.3.2 No caso de indeferimento em algum dos critérios de reserva de vaga do perfil socioeconômico informado, o(a) candidato(a) será indeferido em todas as cotas que o exigirem, mas ainda poderá ser deferido nas demais.

5.4 O(A) candidato(a) informará, no ato da inscrição, qual Edição do ENEM dos últimos 10 (dez) anos deseja utilizar para o cálculo de sua média final neste processo seletivo.

5.5 A classificação do(a)s candidato(a)s, tanto na lista geral da ampla concorrência como nas listas específicas das cotas, se dará por ordem decrescente de nota, calculada a partir da aplicação dos pesos e notas mínimas dispostos na tabela abaixo:

Curso	Redação		Ciências da Natureza e suas tecnologias		Ciências Humanas e suas Tecnologias		Linguagens, Códigos e suas Tecnologias		Matemática e suas Tecnologias	
	Peso	Nota mínima	Peso	Nota mínima	Peso	Nota mínima	Peso	Nota mínima	Peso	Nota mínima
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	1,00	0,01	1,00	0,01	1,00	0,01	1,00	0,01	1,00	0,01
Banco de Dados	1,00	0,01	1,00	0,01	1,00	0,01	1,00	0,01	1,00	0,01
Filosofia	1,00	0,01	1,00	0,01	1,00	0,01	1,00	0,01	1,00	0,01
Gestão Financeira	1,00	0,01	1,00	0,01	1,00	0,01	1,00	0,01	1,00	0,01
Matemática	1,00	0,01	1,00	0,01	1,00	0,01	1,00	0,01	1,00	0,01
Processos Gerenciais	1,00	0,01	1,00	0,01	1,00	0,01	1,00	0,01	1,00	0,01
Produção Multimídia	1,00	0,01	1,00	0,01	1,00	0,01	1,00	0,01	1,00	0,01

5.5.1 O(A) candidato(a) convocado(a) para confirmação presencial de matrícula em uma das listas não mais concorrerá às vagas da(s) outra(s).

b) média do histórico escolar

5.6 O(a)s candidato(a)s que optarem por concorrer pela média do histórico escolar do Ensino Médio neste processo seletivo **concorrerão apenas às vagas destinadas à reserva prioritária para Agentes Públicos e Docentes da Educação Básica**, nos termos do item 3.1.1.

5.6.1 No caso de indeferimento no critério relacionado à reserva de vagas prioritárias o(a) candidato(a) será excluído(a) definitivamente do processo seletivo.

5.7 O(A) candidato(a) informará, no ato da inscrição, ciência de que concorrerá apenas na modalidade de reserva prioritária e anexará o histórico escolar do ensino médio, o qual será utilizado para o cálculo de sua média final neste processo seletivo.

5.7.1 A média final será calculada pela média ponderada das notas de português e matemática disponíveis no histórico escolar do ensino médio, aplicados os pesos conforme tabela abaixo:

Curso	Pesos	
	Português	Matemática
Filosofia	1,00	1,00
Matemática	1,00	1,00
Processos Gerenciais	1,00	1,00

5.7.2 Quando o histórico escolar apresentar notas e/ou conceitos diferentes da escala de 0 a 10, estes serão convertidos antes do cálculo da média final, seguindo o disposto no Anexo VII.

II. Regras de exclusão

5.8 O(A) candidato(a) será excluído(a) deste processo seletivo nas seguintes situações:

- I -** Não atendimento às etapas, regras e prazos previstos neste Edital.
- II -** Indeferimento definitivo da documentação básica.
- III -** Indeferimento da documentação referente à reserva prioritária do Edital nº 25/2023/UAB/CAPES.
- IV -** Irregularidade ou falsidade em alguma das informações e documentações apresentadas.
- V -** Desistência definitiva do curso, após o ingresso, dentro do prazo previsto para convocação de outro(a)s candidato(a)s.
- VI -** Ao término do processo seletivo, para aquele(a)s que permanecerem na condição de não convocado(a)s para pré-cadastro ou matrícula.
- VII -** Outras previstas em normativo superior.

5.8.2 O(A) candidato(a) que não comprove um ou mais requisitos do perfil socioeconômico informado, será mantido **somente** nas modalidades de concorrência cujos critérios tenham sido atendidos.

5.9 A constatação de alguma das situações previstas no item anterior para um(a) candidato(a) durante o processo seletivo acarretará sua exclusão, a ser listada na publicação correspondente à etapa em que ela ocorreu.

5.10 A UFCA se resguarda o direito de averiguar a qualquer tempo, junto a órgãos oficiais de educação, todo o registro escolar referente ao ensino médio de seus estudantes, bem como, junto a outros órgãos, informações prestadas pelo(a)s candidato(a)s em quaisquer das etapas do processo seletivo ou após a matrícula, a fim de constatar a veracidade das informações prestadas.

5.11 A UFCA poderá realizar entrevistas e visitas ao local de domicílio de seus estudantes, bem como consultar cadastros de informações socioeconômicas por meio de acordos e convênios firmados com órgãos e entidades públicas para viabilizar às instituições federais de ensino o acesso a bases de dados que permitam a avaliação da veracidade e da precisão das informações prestadas pelo(a)s candidato(a)s, conforme consta no Art.8º, parágrafos 2º e 3º da Portaria Normativa nº 18/2012 do MEC.

5.12 Para averiguação adicional das informações prestadas, a UFCA poderá solicitar aos seus estudantes, a qualquer tempo, documentos suplementares.

5.13 Caso seja necessária averiguação adicional para um(a) **candidato(a) matriculado(a)**, será aberto procedimento que assegure o contraditório e ampla defesa e, confirmada a exclusão, o(a) estudante perderá o vínculo com a UFCA, podendo tornar-se sem efeito todos os atos decorrentes de sua matrícula, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas, civis e penais eventualmente cabíveis.

5.14 Não caberá recurso à exclusão do processo seletivo.

III. Regras de desempate

5.15 Na hipótese de haver candidato(a)s empatado(a)s na última vaga de uma mesma modalidade de concorrência/curso, o desempate será realizado com base na seguinte ordem de critérios:

- I -** maior nota na prova de Redação
- II -** maior nota na prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias;
- III -** maior nota na prova de Matemática e suas Tecnologias;
- IV -** maior nota na prova de Ciências da Natureza e suas Tecnologias;
- V -** maior nota na prova de Ciências Humanas e suas Tecnologias.

5.15.2 Para os grupos prioritários que utilizam histórico escolar, o desempate se dará pela média das notas de Português e, em seguida, pela média das notas de Matemática.

5.16 Observado o disposto no item anterior, no caso de notas idênticas, todo(a)s o(a)s CANDIDATO(A)S que estejam empatado(a)s na(s) última(s) vaga(s) serão convocado(a)s e o desempate ocorrerá no momento da realização dos respectivos pré-cadastros, nos termos do § 2º do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: “[...]renda familiar inferior a dez salários-mínimos, ou ao de menor renda familiar, quando mais de um candidato preencher o critério inicial”.

5.17 O(A)s candidato(a)s empatado(a)s, nos termos do item **5.16**, poderão enviar a comprovação de renda familiar no campo “outros documentos” ou, quando sua modalidade de concorrência exigir, nos campos próprios, durante o pré-cadastro on-line.

5.18 O(A)s candidato(a)s empatado(a)s que submeterem a comprovação de renda terão prioridade sobre aquele(a)s que não a enviarem.

5.19 No caso da manutenção da condição de empate após a análise da renda, será classificado(a) o(a) candidato(a) que for de maior idade, em atenção ao parágrafo único do Art. 27 do Estatuto do Idoso (Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003).

6 DAS ETAPAS

6.1 Este processo seletivo será composto por três etapas: a de inscrições, a de chamadas de pré-cadastro e a de convocações de matrícula presencial.

I. Inscrições

6.2 A inscrição no presente processo seletivo será realizada exclusivamente via Internet, seguindo o endereço eletrônico <https://forms.gle/S47U73RrxS7jq5bs8> e os prazos estabelecidos no cronograma deste edital.

6.3 No ato de inscrição, o(a) candidato(a) informará dados pessoais e de contato, além de cadastrar o e-mail que será utilizado para comunicação durante todo o processo seletivo.

6.4 **O(A) candidato(a) também informará uma única opção de curso e indicará um único polo para o qual tem disponibilidade de concorrer, responsabilizando-se por, no caso de aprovação e matrícula, permanecer vinculado e nele comparecer para o exercício das atividades presenciais.**

6.5 De acordo com o curso informado, o(A) candidato(a) informará se concorrerá utilizando a nota de uma das 10 (dez) últimas edições do ENEM ou as notas do histórico escolar no caso de opção pelas vagas de reserva prioritária.

6.5.1 Para concorrer utilizando a nota do ENEM, será necessário informar o ano da prova, além do preenchimento do perfil socioeconômico, o qual determinará o acesso às vagas da Ampla Concorrência e/ou das cotas da Lei nº 12.711/2012, por meio das seguintes informações:

- I** - forma de integralização do ensino médio
- II** - faixa de renda per capita familiar
- III** - cor / raça
- IV** - eventuais deficiências
- V** - eventual residência em comunidade quilombola

6.5.2 Para concorrer pelas reservas prioritárias para Agentes Públicos no curso de Tecnologia em PROCESSOS GERENCIAIS e para Docentes da Educação Básica nos cursos de Licenciatura em MATEMÁTICA e FILOSOFIA, nos termos do item 3.1.1, será necessário anexar o histórico escolar do ensino médio e, durante o pré-cadastro, a comprovação do vínculo correspondente, sob pena de exclusão do processo seletivo.

6.6 Ao término da etapa de inscrições, a UFCA publicará a Lista Geral de Inscritos, com notas e modalidades de concorrência de cada candidato(a) apto(a) para convocação na próxima etapa.

II. Chamadas de Pré-cadastro

6.7 Este processo terá uma ou mais chamadas de pré-cadastro disponibilizadas no endereço eletrônico <https://www.ufca.edu.br/cursos/educacao-a-distancia/centro-de-educacao-a-distancia/editais-e-selecoes/>.

6.8 Cada chamada, com a relação nominal de candidato(a)s e o respectivo cronograma deverá ser consultada na página do processo seletivo.

6.8.1 O(A)s candidato(a)s da chamada serão listados por ordem decrescente das notas nas opções de vagas para as quais optaram por concorrer, observado o limite de vagas disponíveis na instituição, por local de oferta, curso, e polo, bem como a modalidade de concorrência.

6.8.1.1 O(A)s candidato(a)s cotistas da Lei nº 12.711/2012 constarão tanto na lista geral da ampla concorrência como nas listas específicas de suas cotas, mas realizarão um único pré-cadastro.

6.8.1.2 Os candidatos das reservas prioritárias do Edital nº 25/2023/UAB/CAPEs constarão apenas nas listas dessas modalidades, não concorrendo em nenhuma das demais.

6.8.2 A UFCA poderá chamar para pré-cadastro um número maior de candidato(a)s que o de vagas existentes.

6.8.3 A UFCA publicará a atualização da situação do(a)s candidato(a)s no **Resultado Parcial** e no **Resultado de Recurso**.

6.8.4 No **Resultado Final** de cada chamada, será publicada apenas a lista atualizada de DEFERIDO(A)S, incluindo os das chamadas anteriores, por ordem decrescente de nota em sua modalidade de concorrência / curso / polo.

6.9 Todo(a)s o(a)s candidato(a)s convocado(a)s para pré-cadastro deverão atender ao cronograma e aos procedimentos de sua chamada, submetendo durante a fase on-line a **documentação básica** constante no Anexo II.

6.9.1 O(A) candidato(a) às cotas, tanto as da Lei nº 12.711/2012 quanto a reserva prioritária do Edital nº 25/2023/UAB/CAPEs, deverá submeter também durante a fase on-line as **documentações específicas** descritas nos Anexos III, IV, V e VI e nos itens 7.32 e 7.35, realizando ainda, nos prazos estipulados, todos os procedimentos previstos para cada ação afirmativa que componha sua(s) modalidade(s) de concorrência.

6.9.2 Os critérios da documentação básica e das ações afirmativas serão analisados cada um pela equipe competente, podendo o(a) candidato(a) ser deferido(a) ou indeferido(a) na análise inicial.

6.9.3 Quando houver interposição de recurso, o(a) candidato(a) deverá apresentar suas razões e as respectivas provas para todos os critérios nos quais o seu cadastro tenha sido indeferido.

6.9.4 O(A) candidato(a) optante pela utilização da nota do ENEM que, após julgamento do recurso, tenha sua documentação básica aceita, terá sua inclusão deferida na **ampla concorrência**.

6.9.4.1 Após julgamento do recurso, o(a) candidato(a) **cotista** será considerado deferido apenas nas modalidades de concorrência para as quais tenha a documentação básica aceita e os critérios de ação afirmativa devidamente comprovados.

6.9.5 O(A) candidato(a) optante pelo histórico escolar que, após julgamento do recurso, tenha tanto a documentação básica como a específica aceitas, será deferido na modalidade de reserva prioritária.

III. Convocações de Matrícula

6.10 Os candidatos serão classificados e selecionados, de acordo com as notas, conforme o que determina o Art. 20 da Portaria Normativa MEC nº 21:

I - inicialmente, aqueles que concorram às reservas prioritárias do Edital nº 25/2023/UAB/CAPES;

II - em seguida, serão classificados em ampla concorrência, independente de opção de modalidade, e selecionados de acordo o limite de vagas disponíveis na instituição, por local de oferta, curso e turno; e

III - aqueles que concorram às vagas reservadas da Lei nº 12.711, conforme seu perfil socioeconômico informado na sua inscrição e não sejam selecionados para a ampla concorrência serão classificados na seguinte ordem: LI_EP, LI_PCD, LI_Q, LI_PPI, LB_EP, LB_PCD, LB_Q e LB_PPI.

6.11 O processo seletivo do qual trata este Edital terá uma ou mais convocações para confirmação presencial de matrícula, disponibilizadas no endereço eletrônico <https://www.ufca.edu.br/cursos/educacao-a-distancia/centro-de-educacao-a-distancia/editais-e-selecoes/>.

6.12 Cada convocação, com atualizações relativas à ocupação e remanejamento de vagas, a relação nominal de candidato(a)s e o respectivo cronograma, deverá ser consultada na página do processo seletivo.

6.13 O(A)s candidato(a)s DEFERIDO(A)S na etapa de pré-cadastro cuja classificação encontra-se dentro do total de vagas disponíveis por curso / polo / modalidade, serão convocados(a)s para confirmação presencial de matrícula, devendo atender ao cronograma e procedimentos de sua convocação, observando ainda os locais e horários de atendimento no Polo de seu curso para este procedimento.

6.13.1 O(A) candidato(a) convocado(a) deverá se direcionar, munido(a) de documento oficial com foto, ao Polo de vinculação e assinar a respectiva lista de confirmação de matrícula.

6.13.2 A confirmação presencial de matrícula poderá ser feita por procuração específica para este fim, desde que assinada pelo(a) candidato(a). A procuração original e cópia de documento de identificação oficial com foto do(a) procurador(a) ficarão retidas.

6.13.3 Não há necessidade de a procuração ter firma reconhecida em cartório desde que o reconhecimento possa ser feito por um servidor público da

UFCA, confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do(a) signatário(a). Se houver divergência entre as assinaturas, a autenticação não será feita pelo servidor e deverá ser reconhecida firma em cartório.

6.13.4 A confirmação de matrícula de candidato(a) convocado(a) menor de 18 anos poderá ser feita por ele(a) mesmo(a) ou por seus pais ou responsável legal, mediante apresentação da documentação comprobatória da responsabilidade legal entregue em fotocópia(s) autenticada(s) ou em fotocópia(s) simples, e neste caso, com os respectivos documentos originais para conferência e validação, sem necessidade de procuração.

6.13.5 O(A)s candidato(a)s classificado(a)s serão considerado(a)s matriculado(a)s tão somente após a realização da confirmação presencial de matrícula, e constarão como tal no Resultado de Matrícula da convocação correspondente.

6.13.6 O(A) candidato(a) poderá ser convocado uma única vez para a **Confirmação Presencial de Matrícula e o não cumprimento desta etapa acarretará a perda da vaga por parte do(a) candidato(a) e sua consequente exclusão do processo seletivo.**

7 DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

7.1 Chama-se ação afirmativa a atribuição de reserva de vagas ou a bonificação na nota final para determinados grupos de candidato(a)s do processo seletivo.

I. Reservas de vagas

7.2 Chama-se reserva de vagas a definição de um quantitativo percentual ou absoluto dentre as vagas ofertadas para um curso da UFCA, com a atribuição de requisitos específicos para a concorrência.

a) Pessoas oriundas de escolas públicas

7.3 Em conformidade com a Lei Nº 12.711, de 29/08/2012, regulamentada pelo Decreto Nº 7.824/2012 e suas respectivas atualizações, a UFCA reservará o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para ingresso na graduação, por curso e turno, para candidato(a)s que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (ingresso pelo sistema de cotas). Serão considerado(a)s candidato(a)s cotistas oriundos de escola pública aqueles que:

- I -** tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escolas públicas, em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos;

II - tenham obtido Certificação de Conclusão do Ensino Médio com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, de Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino, desde que não tenham cursado, em momento algum, parte do ensino médio em escolas particulares.

7.4 São consideradas escolas públicas as instituições de ensino de que trata o inciso I do caput do art. 19 da Lei nº 9.394, de 20/12/1996: *“Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas: I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;”*.

7.5 Não serão considerado(a)s candidato(a)s oriundo(a)s de escolas públicas aquele(a)s que foram aluno(a)s em escolas privadas (art. 20 da Lei nº 9.394/1996), mesmo naquelas sem fins lucrativos ou na condição de bolsistas em escolas privadas, ainda que com bolsa integral.

7.6 Não têm direito às vagas reservadas (Lei Nº 12.711/2012) candidato(a)s que cursaram parte ou a totalidade do ensino médio em outros países.

7.6.1 Candidato(a)s cotistas oriundo(a)s de escolas públicas que tenham participado de programas de mobilidade internacional ou análogos com financiamento público durante o ensino médio, sem perda do vínculo com a escola brasileira de origem, poderão concorrer normalmente às vagas reservadas.

7.7 Para o(a)s candidato(a)s que concluíram o ensino médio regular, o histórico escolar completo (constando todas as séries/anos) será utilizado como comprovação de ter cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

7.8 Para o(a)s candidato(a)s que concluíram o ensino médio em uma das modalidades abaixo, além do histórico simplificado correspondente, será necessário o envio de histórico parcial/incompleto de estudos eventualmente realizados em ensino médio REGULAR ou declaração de inexistência do mesmo, conforme FORMULÁRIO 01.

I - Educação de Jovens e Adultos;

II - Certificação de conclusão do ensino médio com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM;

III - Exame nacional para certificação de competências de jovens e adultos;

IV - Exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino.

7.9 O certificado de conclusão do ensino médio emitido pelo processo de certificação com base nos resultados de desempenho obtidos no ENEM deverá seguir rigorosamente o que estabelece a Portaria Nº 179, de 28 de abril de 2014, principalmente no que se refere às informações sobre a sua expedição, validação e os resultados de desempenho obtidos pelo participante em cada uma das áreas de conhecimento avaliadas, inclusive da Redação.

b) Pessoas com renda familiar per capita menor ou igual a 1 salário-mínimo

7.10 Das vagas reservadas a candidato(a)s oriundo(a)s de escolas públicas, 50% (cinquenta por cento) serão reservadas para candidato(a)s com renda familiar bruta igual ou inferior a 1 (um) salário-mínimo per capita, conforme a Lei Nº 12.711, de 29/08/2012, regulamentada pelo Decreto Nº 7.824, de 11/10/2012 e atualizações.

7.11 O(A) candidato(a) deverá encaminhar toda a documentação correspondente à sua situação familiar de acordo com os critérios do ANEXO III deste Edital, a qual será analisada para fins de comprovação de renda.

c) Pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas

7.12 Das vagas reservadas a candidato(a)s oriundo(a)s de escolas públicas, pelo menos a proporção de vagas igual respectivamente a de pretos, pardos e indígenas na população do estado do Ceará, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, será reservada aos candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas (PPI).

7.12.1 O percentual mínimo disponibilizado pelo Ministério da Educação para aplicação neste Processo Seletivo é de 72,12% para vagas reservadas aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI).

7.13 O(A)s candidato(a)s das modalidades de concorrência com reserva étnico-racial autodeclarados pretos e pardos passarão por procedimento complementar de heteroidentificação, a ser realizado em formato de telepresença, por comissão designada pela instituição.

7.14 O(A) candidato(a) deverá apresentar documento de identificação oficial com foto, durante o procedimento de heteroidentificação, termo de autodeclaração (Formulário 07), caso o candidato não o tenha enviado corretamente na realização da pré-cadastro.

7.14.1 Para o procedimento complementar de heteroidentificação, análise via videoconferência (telepresença), o(a) candidato(a) deve seguir algumas recomendações, conforme abaixo:

- I** - que o ambiente seja iluminado;
- II** - que o fundo do ambiente seja branco;
- III** - que o ambiente não apresente ruídos que prejudiquem a videoconferência;
- IV** - que o/a candidato/a tenha postura corporal reta;
- V** - que não esteja de cabeça baixa, nem de cabeça erguida, ou seja, que olhe para a frente;
- VI** - que esteja com roupas e acessórios que não dificultem a identificação dos seus traços fenotípicos;

VII - que o/a candidato/a se posicione de forma centralizada de modo que seja possível visualizar da cabeça (inteira) até o braço (região logo acima do cotovelo);

VIII - que o(a) candidato(a) atenda as orientações e solicitações dos membros da comissão e equipe técnica de apoio de áudio e vídeo;

IX - na videoconferência (telepresença), com duração de no máximo 15 (quinze) segundos, o/a candidato/a deverá dizer o seu nome completo e a seguinte frase: “declaro que sou negro/a, da cor parda” ou “declaro que sou negro/a, da cor preta”

7.14.2 As datas e os horários nos quais os candidatos deverão apresentar-se à comissão e a data do resultado do procedimento serão definidas no cronograma da sua convocação.

7.14.3 A comissão decidirá, pelo voto da maioria de seus membros, considerando as categorias listadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para identificação de cor/raça, se o candidato apresenta traços fenotípicos que o identificam, socialmente, como pessoa negra (preta ou parda), podendo preencher as vagas de reserva étnico-racial definidas pela Lei nº 12.711/2012.

7.15 O candidato autodeclarado indígena não passará pelo procedimento de heteroidentificação, mas deverá anexar eletronicamente durante o pré-cadastro, além do Termo de Autodeclaração de Cor/Raça, documentação complementar que o identifique como membro de comunidade indígena.

7.16 O candidato que for considerado inapto a preencher vaga de reserva étnico-racial pela comissão de heteroidentificação terá sua matrícula indeferida no resultado parcial, podendo recorrer administrativamente nos termos do item 6.9.3 deste Edital.

7.16.1 Deverá constar no recurso exposição de motivos e eventuais anexos e comprovações complementares.

7.16.2 Os recursos interpostos serão avaliados através de análise das informações contidas no requerimento, bem como análise de áudio e vídeo do processo de aferição.

7.17 O não comparecimento do(a) candidato(a) ou sua recusa em submeter-se integralmente ao procedimento de heteroidentificação acarretará o seu indeferimento no resultado parcial nas cotas que o exigirem, sem possibilidade de recurso.

7.18 Não caberá nova revisão após a análise do recurso.

d) Pessoas com deficiência

7.19 Das vagas reservadas a candidato(a)s oriundo(a)s de escolas públicas, pelo menos a proporção de vagas igual à de pessoas com deficiência na população do estado do Ceará, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, será reservada ao(à)s candidato(a)s com deficiência.

7.19.1 O percentual mínimo disponibilizado pelo Ministério da Educação para aplicação neste Processo Seletivo é de 9,93% para vagas reservadas às pessoas com deficiência.

7.20 Para efeito deste Processo Seletivo, podem concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência o(a)s candidato(a)s que se enquadram no art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterada pelo Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 em consonância com a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, na Lei Nº 14.126, de 22 de março de 2021 e na Lei Nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023.

7.21 A perícia será norteada pelos aspectos médico-legais constantes no documento “MANUAL DE CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS” emitido pelo Núcleo de Perícias e Segurança do Trabalho da UFCA publicado no site https://documentos.ufca.edu.br/wp-folder/wp-content/uploads/2022/02/MANUAL-DE-CARACTERIZAC%CC%A7A%CC%83O_DEFICI%C3%84NCIAS_PCD-1%C2%AAEd.pdf.

7.22 Candidato(a)s com deformidades estéticas e/ou deficiências sensoriais que não configurem impedimento e/ou restrição para seu desempenho no processo de ensino-aprendizagem que requeiram atendimento especializado; e candidato(a)s com distúrbios de aprendizagem e/ou transtornos específicos de desenvolvimento (a exemplo do distúrbio de deficit de atenção/hiperatividade – TDAH, dentre outras) não poderão concorrer às cotas reservadas a pessoa com deficiência.

7.23 O(A) candidato(a) convocado(a) que estiver concorrendo às vagas reservadas para pessoas com deficiência realizará o pré-cadastro on-line, descrito no item 6.7 deste Edital, anexando além da documentação básica (conforme Anexo II) e, se for o caso, de renda familiar (conforme Anexo III), os seguintes documentos digitalizados:

I - Laudo médico que comprove a deficiência alegada e contenha obrigatoriamente todas as informações abaixo (conforme modelo do **Formulário 08**):

- a) Dados do(a) candidato(a);
- b) Espécie da deficiência;
- c) Qualidade da deficiência: estável ou temporária;
- d) Grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10);
- e) Provável causa da deficiência;
- f) Limitações que resultaram;
- g) Nome, CRM, Registro de Qualificação de Especialidade (RQE) na área da deficiência do(a) candidato(a), assinatura e especialidade do médico que preencheu o laudo;

II - Documentos comprobatórios da deficiência (pareceres, relatórios e exames médicos). Caso algum dos exames não possa ser digitalizado (por exemplo, radiografias), o(a) candidato(a) deverá digitalizar o respectivo laudo. Em caso de deficiência temporária, o laudo deverá ser datado de no máximo 12 meses da data de abertura deste Edital.

III - Em caso de deficiência intelectual, o(a) candidato(a) deverá apresentar relatório neuropsicológico, emitido por psicólogo, com mensuração de quociente intelectual (QI), contendo todas as informações constantes no modelo do **Formulário 09**. Em caso de deficiência temporária, o relatório deverá ser datado de no máximo 12 meses da data de abertura deste Edital.

7.24 O laudo poderá ser preenchido por médico vinculado ou não ao Sistema Único de Saúde – SUS, com especialidade médica/RQE devidamente registrada no site do Conselho Federal de Medicina. A conferência será realizada através do portal do CFM: https://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_medicos.

7.25 A qualquer tempo e a critério do Núcleo de Perícias Médicas poderão ser solicitados exames complementares e outras documentações pertinentes.

7.26 Junto ao resultado parcial e de recurso da chamada correspondente cada candidato(a) receberá notificação individual, através do SIGAA e por e-mail, detalhando eventuais causas de indeferimento relacionados à perícia médica documental.

7.27 O(A) candidato(a) cuja condição de deficiente for constatada poderá, mesmo após ingresso regular no curso, ser convocado(a) a qualquer tempo pela Universidade para confirmação da condição geradora da deficiência.

7.27.1 Eventuais casos de denúncia ou identificação de indícios de fraude pelo Serviço Pericial poderão resultar na abertura, a qualquer tempo, de procedimento de perícia médica presencial, para o qual será convocado(a) o(a) estudante envolvido(a), estando passível de desligamento da Universidade, com perda de vaga, sem prejuízo das penalidades de caráter civil, administrativo e criminal nos termos da legislação vigente.

e) Quilombolas

7.28 Das vagas reservadas a candidato(a)s oriundo(a)s de escolas públicas, pelo menos a proporção de vagas igual à de quilombolas na população do estado do Ceará, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, será reservada aos candidatos quilombolas.

7.28.1 O percentual mínimo disponibilizado pelo Ministério da Educação para aplicação neste Processo Seletivo é de 0,27% para vagas reservadas aos quilombolas.

7.29 Serão considerado(a)s candidato(a)s quilombolas aquele(a)s membros de comunidade certificada pela Fundação Cultural Palmares.

7.30 O(A) candidato(a) quilombola deverá anexar eletronicamente durante o pré-cadastro a seguinte documentação:

I- Termo de autodeclaração de pertencimento a comunidade quilombola (conforme modelo do **Formulário 10**);

II- Declaração de pertencimento do(a) candidato(a) emitida pela respectiva comunidade e assinada pela liderança local, que deverá fornecer

seus dados (nome completo, número do documento oficial com foto, função e telefone).

f) Cursos de Licenciatura – Docentes da Educação Básica

7.31 Em cada polo dos cursos de Licenciatura, das vagas não reservadas pela Lei nº 12.711, a UFCA distribuirá metade para a ampla concorrência e metade para docentes da educação básica que não possuam nível superior ou atuem fora da área de formação.

7.31.1 Quando a quantidade de vagas for ímpar, a reserva de vagas para docentes ficará com a vaga restante da divisão.

7.32 Para os **Cursos de Licenciatura em Filosofia e Matemática** (conforme a opção), deve ser enviada comprovação de atuação na Educação Básica como professor(a) com vínculo temporário ou permanente, por meio de declaração, registro, contrato de trabalho ou publicação em diário oficial.

7.32.1 As declarações deverão vir em papel timbrado da Instituição declarante, apresentando o NOME DO(A) CANDIDATO(A), área de formação (indicando a habilitação, se houver), área de atuação (disciplina, laboratório, outro ambiente), a data de início, de finalização de docência na instituição. Serão aceitos, ainda, contracheques que tragam a data de início do efetivo trabalho docente do (a) candidato (a) se o(a) mesmo(a) estiver vinculado à instituição emitente do documento. Este deverá apresentar a data do mês corrente coincidente com o período da seleção ou, no máximo, do mês anterior à mesma;

7.33 O(A)s candidato(a)s deverão comprovar, ainda durante o pré-cadastro, a atuação em área na qual não possuam formação, ou por meio do(s) diploma(s) em área distinta ou de declaração de não possuir formação em nível superior, conforme **Formulário 11**.

g) Cursos de Tecnologia - Agentes Públicos

7.34 Em cada polo do curso de Tecnologia em Processos Gerenciais, das vagas não reservadas pela Lei nº 12.711, a UFCA distribuirá metade para a ampla concorrência e metade para agentes públicos em exercício.

7.34.1 Quando a quantidade de vagas for ímpar, a reserva de vagas para agentes públicos ficará com a vaga restante da divisão.

7.35 Para o curso de **Tecnologia em Processos Gerenciais**, os candidatos deverão comprovar, durante o pré-cadastro, o registro como agentes públicos, com vínculo temporário ou permanente, pelo envio de declaração, registro, contrato de trabalho ou publicação em diário oficial.

7.35.1 As declarações deverão vir em papel timbrado da Instituição declarante, apresentando o NOME DO(A) CANDIDATO(A), a data de início e término da atuação na instituição, tipo de vinculação (efetivo/concursado, temporário (contratado, selecionado, prestador de serviços, cooperado, outro). Serão aceitos,

ainda, contracheques que tragam a data de início do efetivo trabalho do (a) candidato (a) se o(a) mesmo(a) estiver vinculado(a) à instituição emitente do documento. Este deverá apresentar a data do mês corrente coincidente com o período da seleção ou, no máximo, do mês anterior à mesma.

8 DO CRONOGRAMA

8.1 Fica estabelecido o seguinte cronograma para as etapas que compõem o presente processo seletivo:

Procedimento	Datas
Inscrições (exclusivamente pelo endereço eletrônico https://forms.gle/S47U73RrxS7jq5bs8)	29 de outubro a 08 de dezembro de 2024
Homologação das Inscrições	06 de janeiro de 2025
Recurso referentes à inscrição ou nota (exclusivamente pelo endereço eletrônico a ser informado na Homologação das Inscrições)	07 a 08 de janeiro de 2025
Resultado da análise dos recursos	20 de janeiro de 2025
Publicação da Lista Geral de Inscritos	24 de janeiro de 2025
Publicação da 1ª Chamada de Pré-Cadastro	30 de janeiro de 2025
Pré-Cadastro Online	03 a 14 de fevereiro de 2025
Publicação da Convocação para Realização do Procedimento de Heteroidentificação	A definir
Realização do Procedimento de Heteroidentificação	Data(s) a ser(em) especificada(s) na convocação para realização do procedimento
Resultado Parcial	07 de março de 2025
Recurso Online	10 a 13 de março de 2025
Resultado de Recurso	24 de março de 2025
Resultado Final	26 de março de 2025
Publicação da Convocação para Confirmação Presencial de Matrícula	26 de maio de 2025
Confirmação Presencial de Matrícula	02 a 14 de junho de 2025

8.2 Na hipótese de existência de novas chamadas, serão publicados cronogramas específicos inseridos na respectiva convocação, no endereço eletrônico <https://www.ufca.edu.br/cursos/educacao-a-distancia/centro-de-educacao-a-distancia/editais-e-selecoes/>.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 O(A) candidato(a) poderá obter informações adicionais e orientações para realização do processo seletivo pelo correio eletrônico:

selecao.cead@ufca.edu.br, nos dias úteis, nos horários das 9h às 12h e das 13h às 17h.

9.2 Ao término do processo seletivo, a UFCA publicará o Resultado Final Compilado, onde constará a lista completa de candidato(a)s com eventuais informações de pré-cadastro e matrícula, e trazendo dados definitivos de ocupação de vagas e notas de corte.

9.3 Os casos omissos e as situações excepcionais serão deliberadas pelo Diretor do centro de Educação à Distância e pelo(a) Pró-Reitor(a) de Graduação da Universidade Federal do Cariri.

9.4 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação

NILO CESAR BATISTA DA SILVA

Diretor do Centro de Educação à Distância
Universidade Federal do Cariri

DEMÉTRIUS BARBOSA CARTAXO

Pró-Reitor Adjunto de Graduação
Universidade Federal do Cariri

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO POR MODALIDADE

O(a) candidato(a) deverá entregar a documentação, observando o(s) anexo(s) do(s) documento(s) exigidos(s) para a modalidade de concorrência inscrita, conforme descrito no quadro resumo a seguir:

Modalidade de Concorrência		Documentação					
		Básica (ANEXO II)	Docente ou Agente Público	Renda (ANEXO III)	Pretos, pardos e indígenas (ANEXO IV)	Perícia (ANEXO V)	Quilombolas (ANEXO VI)
AC	Ampla Concorrência	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
RDB	Candidatos aos cursos de Licenciatura que sejam professores e não possuam nível superior ou atuem fora da área de formação.	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
RAP	Candidatos ao CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS GERENCIAIS atuando como agentes públicos, na administração ou gestão pública, com vínculo temporário ou permanente.	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
LI_EP	Candidatos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
LB_EP	Candidatos com renda familiar bruta per capita (por pessoa) igual ou inferior a 1 salário-mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
LI_PPI	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
LB_PPI	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita (por pessoa) igual ou inferior a 1 salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO
LI_PCD	Candidatos com deficiência que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
LB_PCD	Candidatos com deficiência que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
LI_Q	Candidatos autodeclarados quilombolas, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
LB_Q	Candidatos autodeclarados quilombolas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM

Observação: Candidatos (as) que estejam empatados em sua modalidade (inclusive ampla concorrência) deverão enviar documentação de renda (ANEXO III).

ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO BÁSICA

(Comum a todos os(as) candidatos(as))

Observação 1: A documentação básica do(a) candidato(a) deve ser digitalizada em arquivos no formato .pdf conforme indicação do sistema.

Observação 2: Cada arquivo deve ter no máximo 10Mb.

- 1 **Todos(as) os(as) candidatos(as)** deverão anexar os documentos digitalizados (completos - frente e verso) listados abaixo:
 - i Um documento de identificação oficial com foto (exemplo: RG, CNH, carteira profissional de trabalho, passaporte ou outro documento público que permita a identificação).
 - ii Cadastro de Pessoa Física – CPF (dispensável caso o documento oficial de identificação contenha o número do CPF);
 - iii Certidão de Quitação Eleitoral extraída do site do Tribunal Superior Eleitoral - TSE (<https://www.tse.jus.br/>) ou fornecida pelos órgãos da Justiça Eleitoral; ou o Título de Eleitor para quem não votou na última eleição por ser menor de 18 anos à época do pleito eleitoral. A apresentação da certidão de quitação eleitoral é dispensável para os seguintes casos: maiores de 70 anos, candidatos estrangeiros e conscritos que estejam cumprindo o serviço militar obrigatório.
 - iv Histórico escolar do ensino médio;
 - v Certificado de conclusão de ensino médio;
 - vi Certificado de reservista ou atestado de alistamento militar, para brasileiros maiores de 18 (dezoito) anos, do sexo masculino. Dispensado para os candidatos que completam 18 (dezoito) anos em 2024 e para àqueles com idade superior a 46 (quarenta e seis) anos ou que completarão 46 anos em 2024.

Observação: Caso o(a) candidato(a) tenha alterado o seu nome civil e haja divergência de nome entre os documentos acima descritos, o(a) candidato(a) deverá anexar documento comprobatório de mudança. Ex.: Certidão de casamento, cópia de processo judicial com nova certidão de nascimento, etc.

2. Caso o(a) candidato(a) se enquadre em alguma das seguintes hipóteses, deverá enviar cópia do histórico escolar do ensino médio regular ainda que parcial/incompleto:

- a) Educação de Jovens e Adultos;
- b) Certificação de conclusão do ensino médio com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio –ENEM;
- c) Exame nacional para certificação de competências de jovens e adultos;
- d) Exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino.

2.1. Caso não possua nem mesmo o **histórico escolar do ensino médio regular ainda que parcial/incompleto**, o(a) candidato(a) deverá anexar no campo correspondente ao histórico declaração de inexistência do mesmo, conforme modelo constante no [FORMULÁRIO 01](#) deste Edital.

ANEXO III – DOCUMENTAÇÃO DE RENDA

Candidatos(as) às modalidades (LB_PPI, LB_Q, LB_PCD ou LB_EP))

Observação 1: A documentação de identificação dos familiares deve ser digitalizada num único arquivo PDF.

Observação 2: A comprovação de renda do(a) candidato(a) deve ser digitalizada num único arquivo PDF.

Observação 3: A comprovação de renda dos demais familiares deve ser digitalizada num único arquivo PDF.

Observação 4: Cada arquivo deve ter no máximo 10Mb.

Observação 5: Considera-se núcleo familiar, para efeitos deste Edital, a unidade nuclear composta por todas as pessoas que sejam moradoras em um mesmo domicílio e que satisfaçam um ou mais de um dos seguintes critérios:

- I. Sejam parentes em até terceiro grau do(a) candidato(a); ou
- II. Contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar.

Os(as) candidatos(as) às vagas das modalidades de renda (LB_PPI, LB_Q, LB_PCD ou LB_EP)) deverão anexar **TAMBÉM**, a seguinte documentação, que será analisada pela equipe de serviço social da UFCA:

- 1 DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO FAMILIAR E RENDA BRUTA FAMILIAR do(a) candidato(a) (conforme modelo disponibilizado no [FORMULÁRIO 02](#) deste Edital) devidamente preenchida e assinada.
- 2 Cópia de documento de identificação oficial com foto (frente e verso) de cada membro do núcleo familiar maior de 18 (dezoito) anos. Para os membros do núcleo familiar menores de 18 (dezoito) anos, é permitida a certidão de nascimento para cumprimento do disposto no item.
- 3 A comprovação de renda familiar bruta mensal descrita no item 4 e subitens abaixo do rol de documentos desta cota poderá ser substituída pela FOLHA RESUMO do Cadastro Único (CadÚnico), obtido nas sedes dos CadÚnicos (Bolsa Família) e CRAS da Prefeitura do município do(a) candidato(a) **OU** pelo Comprovante de Cadastramento emitido pela ferramenta Consulta Cidadão, do Ministério do Desenvolvimento Social, no endereço eletrônico https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/consulta_cidadao/. Os dados de cadastro da família constantes na Folha Resumo atualizado nos últimos 2 (dois) anos.
- 4 Documentos necessários para a comprovação da renda familiar bruta mensal de cada um dos membros declarados na composição do núcleo familiar.
 - 4.1 Imposto de Renda Pessoa Física (cópia): formulário completo da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física Exercício 2024, Ano Calendário 2023 e respectivo recibo de entrega à Receita Federal, de todas as pessoas maiores de 18 anos descritas no Quadro da Composição Familiar que façam a declaração e da respectiva notificação de restituição. Em caso de atividade rural, deverá ser apresentado o anexo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ Exercício 2024, Ano Calendário 2023.
 - 4.2 Comprovantes de Rendimentos dos 03 (três) meses anteriores à data de inscrição do(a) candidato(a) no PROCESSO SELETIVO ESPECIAL DISCENTE – PSED (**JULHO, AGOSTO E SETEMBRO DE 2024**). Dentre os documentos abaixo relacionados, enviar aquele(s) que comprove(m) o(s) rendimento(s) de **TODOS OS MEMBROS DO NÚCLEO FAMILIAR** declarado(s) no processo seletivo:

4.2.1 Trabalhadores(as) do mercado formal ou assalariados(as) (Celetistas, Jovens Aprendizizes, Servidores Públicos Municipais, Estaduais ou Federais civis e militares):

- i Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) atualizada (páginas referentes à identificação, qualificação civil, alteração salarial, último contrato de trabalho com a página seguinte em branco e anotações gerais); (Observação: É válida a apresentação da Carteira de Trabalho Digital) **E**;
- ii Contracheques dos 03 (três) meses anteriores à data de inscrição do(a) candidato(a) no PROCESSO SELETIVO ESPECIAL DISCENTE – PSED (**JULHO, AGOSTO E SETEMBRO DE 2024**);

Observação 1: No caso de empregado(a) doméstico(a): CTPS registrada e atualizada ou carnê do INSS com recolhimento em dia;

Observação 2: Caso o(a) candidato(a) ou membro do núcleo familiar maior de 18 (dezoito) anos não possua CTPS, poderá apresentar declaração na qual conste que não a possui, conforme modelo constante no **FORMULÁRIO 03** deste Edital.

4.2.2 Atividade rural:

a Pessoa Jurídica:

- i Cópia dos extratos bancários dos 03 (três) meses anteriores à data de inscrição do(a) candidato(a) no PROCESSO SELETIVO ESPECIAL DISCENTE – PSED (**JULHO, AGOSTO E SETEMBRO DE 2024**), pelo menos, da pessoa física e das pessoas jurídicas vinculadas **E**;
- ii Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ Exercício 2024, Ano Calendário 2023 acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil; **OU** quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao(a) candidato(a) ou a membros da família, quando for o caso;

b Pessoa Física:

- i Declaração do sindicato rural **OU** Cooperativa, constando os seguintes dados: endereço e telefone da sede do sindicato e/ou Cooperativa, CNPJ do sindicato e/ou Cooperativa, nome do(a) agricultor(a) e valor da sua Renda Bruta Mensal referente aos 03 (três) meses anteriores à data de inscrição do(a) candidato(a) no PROCESSO SELETIVO ESPECIAL DISCENTE – PSED (**JULHO, AGOSTO E SETEMBRO DE 2024**), devendo estar assinada e carimbada por funcionário do sindicato **OU** declaração informando a Renda Bruta Mensal do(a) agricultor(a) referente aos 03 (três) meses anteriores à data de inscrição do(a) candidato(a) no PROCESSO SELETIVO ESPECIAL DISCENTE – PSED (**JULHO, AGOSTO E SETEMBRO DE 2024**), conforme modelo constante no **FORMULÁRIO 04** deste Edital; **E**
- ii Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) atualizada (páginas referentes à identificação, qualificação civil, alteração salarial, último contrato de trabalho com a página seguinte em branco e anotações gerais); (Observação: É válida a apresentação da Carteira de Trabalho Digital).

Observação: Caso o(a) candidato(a) ou membro do núcleo familiar maior de 18 (dezoito) anos não possua CTPS poderá apresentar declaração na qual conste que não a possui, conforme modelo constante no **FORMULÁRIO 03** deste Edital.

4.2.3 Aposentados(as) e pensionistas e demais benefícios do INSS:

- i Cópia do extrato de benefício do mês anterior à data de inscrição do(a) candidato(a) no PROCESSO SELETIVO ESPECIAL DISCENTE – PSED (**SETEMBRO de 2024**) com detalhamento de crédito **OU** HISCRE – Histórico de Crédito (disponível nas agências do INSS);

4.2.4 Trabalhadores(as) informais, autônomos(as) ou profissionais liberais:

- i Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) atualizada (páginas referentes à identificação, qualificação civil, alteração salarial, último contrato de trabalho com a página seguinte em branco e anotações gerais); (Observação: É válida a apresentação da Carteira de Trabalho Digital); **E**
- ii Cópia dos extratos bancários dos 03 (três) meses anteriores a data de inscrição do(a) candidato(a) no PROCESSO SELETIVO ESPECIAL DISCENTE – PSED (**JULHO, AGOSTO E SETEMBRO DE 2024**) **E**
- iii Declaração informando a atividade exercida e o rendimento médio mensal, conforme modelos disponibilizados no **FORMULÁRIO 05** (para trabalhador/a autônomo/a, Profissional Liberal e Trabalhador/a Informal) deste Edital.

Observação 1: Guia de recolhimento ao INSS com comprovante de pagamento do mês anterior à data de inscrição do(a) candidato(a) no PROCESSO SELETIVO ESPECIAL DISCENTE – PSED (**SETEMBRO DE 2024**), compatível com a renda declarada, quando for o caso;

Observação 2: Devem ser encaminhadas quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao(à) candidato(a) ou a membros de sua família, quando for o caso (CTPS, Extratos bancários, guias de recolhimento);

Observação 3: Caso o(a) candidato(a) ou membro do núcleo familiar maior de 18 (dezoito) anos não possua CTPS poderá apresentar declaração na qual conste que não a possui, conforme modelo constante no **FORMULÁRIO 03** deste Edital.

4.2.5 Rendimentos de aluguel ou arrendamento de bens móveis e imóveis:

- i Cópia dos extratos bancários de conta corrente dos 03 (três) meses anteriores à data de inscrição do(a) candidato(a) no PROCESSO SELETIVO ESPECIAL DISCENTE – PSED (**JULHO, AGOSTO E SETEMBRO DE 2024**); **E**
- ii Contrato de locação **OU** arrendamento devidamente registrado em cartório acompanhado dos 03 (três) últimos comprovantes de recebimentos anteriores à data de inscrição do(a) candidato(a) no PROCESSO SELETIVO ESPECIAL DISCENTE – PSED, referentes aos meses de **JULHO, AGOSTO E SETEMBRO DE 2024**.

4.2.6 Proprietários(as) de empresa ou microempresas:

- i Cópia dos extratos bancários de conta corrente dos 03 (três) meses anteriores à data de inscrição do(a) candidato(a) no PROCESSO SELETIVO ESPECIAL DISCENTE – PSED (**JULHO, AGOSTO E SETEMBRO DE 2024**); **E**
- ii Declaração contábil de retirada de *pro-labore* **E**
- iii Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ Exercício 2024, Ano Calendário 2023.

4.2.7 Candidato(a) ou familiar que receba pensão alimentícia ou auxílio financeiro de terceiros:

- i Documento comprobatório de pensão alimentícia (contracheque, extrato bancário, etc.) dos 03 (três) meses anteriores à data de inscrição do(a) candidato(a) no

PROCESSO SELETIVO ESPECIAL DISCENTE – PSED (**JULHO, AGOSTO E SETEMBRO DE 2024**).

Observação: Em caso de auxílio financeiro/pensão fornecida por acordo verbal, o(a) candidato(a) deverá encaminhar declaração assinada pela parte cedente onde conste o valor da pensão paga nos 03 (três) meses anteriores à data de inscrição do(a) candidato(a) no PROCESSO SELETIVO ESPECIAL DISCENTE – PSED (**JULHO, AGOSTO E SETEMBRO DE 2024**).

4.2.8 Candidato(a) ou familiar desempregado ou que nunca trabalhou:

- i Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) atualizada (páginas referentes à identificação, qualificação civil, alteração salarial, último contrato de trabalho com a página seguinte em branco e anotações gerais), dele(a) e dos membros do núcleo familiar maiores de 18 anos. (Observação: É válida a apresentação da Carteira de Trabalho Digital).

Observação 1: No caso de candidato(a) ou membro da família maior de 18 (dezoito) anos que se encontrada desempregado(a) ou que nunca trabalhou formalmente, enviar também declaração de desemprego, conforme modelo disponibilizado no **FORMULÁRIO 06** (um formulário para o(a) candidato(a) e um formulário para cada membro da família do(a) candidato(a) que esteja desempregado(a)) deste Edital.

Observação 2: Caso o(a) candidato(a) ou membro do núcleo familiar maior de 18 (dezoito) anos não possua CTPS poderá apresentar declaração na qual conste que não a possui, conforme modelo constante no **FORMULÁRIO 03** deste Edital.

4.2.9 Microempreendedor Individual (MEI):

- i Quaisquer declarações tributárias referentes à atividade de microempreendedor individual;**E**
- ii Guias de recolhimento ao INSS com comprovante de pagamento do último mês anterior à data de inscrição do(a) candidato(a) no PROCESSO SELETIVO ESPECIAL DISCENTE – PSED (**SETEMBRO DE 2024**), compatíveis com a renda declarada;**E**
- iii Cópia dos extratos bancários de conta corrente dos 03 (três) meses anteriores à data de inscrição do(a) candidato(a) no PROCESSO SELETIVO ESPECIAL DISCENTE – PSED (**JULHO, AGOSTO E SETEMBRO DE 2024**).

ANEXO IV – DOCUMENTAÇÃO PARA HETEROIDENTIFICAÇÃO

(Candidatos(as) às modalidades LB_PPI e LI_PPI)

Observação 1: A documentação para heteroidentificação deve ser digitalizada em arquivos .pdf conforme indicação do sistema.

Observação 2: Cada arquivo deve ter no máximo 10Mb.

1. Os(as) candidatos(as) às modalidades reservadas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas (**LB_PPI e LI_PPI**) deverão enviar, durante o pré-cadastro:
 - i. O Termo de Autodeclaração de Cor/Raça preenchido e assinado conforme modelo disponível no [FORMULÁRIO 07](#) deste Edital.

Observação: O(a) candidato(a) autodeclarado(a) indígena não passará pelo procedimento de heteroidentificação, mas deverá anexar eletronicamente durante o pré-cadastro, além do Termo de Autodeclaração de Cor/Raça ([FORMULÁRIO 07](#)), a documentação complementar que o identifique como membro de comunidade indígena.

ANEXO V – DOCUMENTAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA

(Candidatos(as) das modalidades LB_PCD e LI_PCD)

Observação 1: A documentação de perícia médica deve ser digitalizada em arquivos .pdf conforme indicação do sistema.

Observação 2: Cada arquivo deve ter no máximo 10Mb.

1. Durante o **pré-cadastro on-line**, descrito anteriormente neste Edital, os(as) candidatos(as) das modalidades **LB_PCD e LI_PCD** deverão anexar obrigatoriamente, além da documentação básica e daquela referente à integralização do Ensino Médio em escolas públicas e, eventualmente de renda familiar, os seguintes documentos:
 - I. Laudo médico que comprove a deficiência alegada contendo **OBRIGATORIAMENTE TODAS AS INFORMAÇÕES** do modelo constante no [FORMULÁRIO 08](#) deste Edital, e descreva:
 - a. Dados do(a) candidato(a);
 - b. Espécie da deficiência;
 - c. Qualidade da deficiência: estável ou temporária;
 - d. Grau ou o nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10);
 - e. Provável causa da deficiência;
 - f. Limitações que resultaram;
 - g. Nome, CRM, Registro de Qualificação de Especialidade (RQE) na área de deficiência do candidato, assinatura e especialidade do(a) médico(a) que preencheu o laudo;
 - II. Documentos comprobatórios da deficiência (pareceres, relatórios e exames médicos). Caso algum dos exames não possa ser digitalizado (por exemplo, radiografias), o(a) candidato(a) deverá digitalizar o respectivo laudo. Em caso de deficiência temporária, o laudo deverá ser datado de no máximo 12 meses da data de abertura deste Edital.
 - III. Em caso de deficiência intelectual, o(a) candidato(a) deverá apresentar **RELATÓRIO NEUROPSICOLÓGICO**, emitido por psicólogo, com mensuração de quociente intelectual (QI), contendo **TODAS** as informações constantes no modelo disponibilizado no [FORMULÁRIO 09](#) deste Edital. Em caso de deficiência temporária, o laudo deverá ser datado de no máximo 12 meses da data de abertura deste Edital.

ANEXO VI – DOCUMENTAÇÃO PARA QUILOMBOLAS

(Candidatos(as) às modalidades LB_Q E LI_Q)

Observação 1: A documentação para quilombolas deve ser digitalizada em arquivos .pdf conforme indicação do sistema.

Observação 2: Cada arquivo deve ter no máximo 10Mb.

1. Os(as) candidatos(as) às modalidades reservadas para quilombolas (LB_Q E LI_Q) deverão enviar, durante o pré-cadastro:

i) Termo de autodeclaração de pertencimento étnico quilombola (conforme modelo do **FORMULÁRIO 10**); e

ii) Declaração de pertencimento do candidato emitida pela respectiva comunidade e assinada pela liderança local, que deverá fornecer seus dados (**nome completo, número do documento oficial com foto, função e telefone**).

ANEXO VII – TABELA DE CONVERSÃO DE NOTAS DO ENSINO MÉDIO

Conceito do Histórico Escolar	Conversão em nota
A	9,5
PLENAMENTE SATISFATÓRIO = PS	
O	
AO	
AB	
EXC	
SS (SUPERIOR)	
E = EXCELENTE	
EXCELENTE = A	
ÓTIMO	

Conceito do Histórico Escolar	Conversão em nota
AS	8,0
B	
AP	
APROVADO (A)	
HABILITADO (H)	
SUP	
MS = MEDIA SUPERIOR	
S = SUFICIENTE	
MS	
S = SATISFATÓRIO	
MUITO BOM = B / B* / S / CA / MB	
B = BOM	
SATISFATÓRIO AVANÇADO = AS	

Conceito do Histórico Escolar	Conversão em nota
C	7,0
P = PROFICIENTE	
AR	
MM (MÉDIO)	
BOM = C / C*	
SI (SIGNIFICATIVO)	

Conceito do Histórico Escolar	Conversão em nota
MI (MÉDIO INFERIOR)	6,0
MI	
REGULAR = R / D	
SU (SUFICIENTE)	
REG	

Conceito do Histórico Escolar	Conversão em nota
5	9,5
4	8,0
3	7,0
2	6,0
1	5,0

Conceito do Histórico Escolar	Conversão em nota
10 a 100	Dividir por 10

Conceito do Histórico Escolar	Conversão em nota
900 a 999	10,0
800 a 899	9,5
700 a 799	9,0
600 a 699	8,0
500 a 599	7,0
400 a 499	6,0
300 a 399	5,0
200 a 299	4,0
100 a 199	3,0

Conceito do Histórico Escolar	Conversão em nota
1800 a 2000	9,5
1600 a 1799	8,0
1400 a 1599	7,0
1200 a 1399	6,0
1000 a 1199	5,0

Formulário 01 – Declaração de não possuir histórico escolar do ensino médio regular ainda que parcial/incompleto

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, órgão expedidor _____, e CPF nº _____, declaro para os devidos fins que não possuo histórico escolar do ensino médio regular ainda que parcial/incompleto, que em nenhum momento cursei parte do ensino médio em escola regular e que concluí o ensino médio integralmente pela seguinte modalidade de ensino:

- Educação de Jovens e Adultos**
- Certificação de Conclusão do Ensino Médio com Base no Resultado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM**
- Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adulto**
- Exames de Certificação de Competência ou de Avaliação de Jovens e Adultos Realizados Pelos Sistemas Estaduais de Ensino**

Ratifico serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a prestação de informações falsas incorrerá nas penas do crime do *Art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica), além de caso configurada a prestação de informação falsa, apurada posteriormente ao registro acadêmico, em procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento deste registro na Universidade Federal do Cariri, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (*Art. 9º da PORTARIA NORMATIVA Nº 18, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012, do Ministério da Educação).

_____, _____ de _____ de 20 ____
(Cidade/UF) (dia) (mês) (ano)

Assinatura do(a) Declarante
Em Conformidade com o Documento Oficial Encaminhado

Assinatura do Responsável, se o(a) candidato(a) for menor de idade
Em Conformidade com o Documento Oficial

O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal – Falsidade ideológica

Art. 299: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena – Reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

PORTARIA NORMATIVA Nº 18, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012 – Ministério da Educação – Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.

Art. 9º A prestação de informação falsa pelo estudante, apurada posteriormente à matrícula, em procedimento que lhe assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento de sua matrícula na instituição federal de ensino, sem prejuízo das sanções penais eventualmente cabíveis.

Não serão admitidas rubricas ou assinaturas que não estejam em conformidade com a assinatura apresentada no documento oficial com foto encaminhado no pré-cadastro.

Formulário 02 – Declaração de composição do núcleo e renda bruta familiar

Nome completo dos componentes da família, iniciando com o nome do(a) Próprio(a) candidato(a)	Parentesco:	Data de Nascimento:	Profissão:	Renda Mensal Bruta:
Candidato:				R\$
Familiar 1:				R\$
Familiar 2:				R\$
Familiar 3:				R\$
Familiar 4:				R\$
Familiar 5:				R\$
Familiar 6:				R\$
Familiar 7:				R\$
Renda per capita (Total da renda bruta familiar dividida pela quantidade de membros da família)				R\$

Declaro, para fins de comprovação do contido na Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012 (Sistema de Cotas) e no Decreto 7.824 de 11 de outubro de 2012 (inciso I do art. 2º), que todas as informações prestadas acima são verdadeiras e que estou ciente de que minha matrícula será instantaneamente cancelada a qualquer momento caso constate-se quaisquer omissões ou inclusões de informações inverídicas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (Art. 9º da Portaria Normativa Nº 18, de 11 de outubro de 2012, do MEC). Declaro que estou ciente de que poderei ser convocado pela Universidade Federal do Cariri, a qualquer momento, para prestar esclarecimentos sobre a renda informada e a documentação apresentada.

_____, _____ de _____ de 20 ____
(Cidade/UF) (dia) (mês) (ano)

Assinatura do(a) candidato(a)
Em Conformidade com o Documento Oficial Encaminhado

Assinatura do Responsável, se o(a) candidato(a) for menor de idade
Em Conformidade com o Documento Oficial

Formulário 03 – Declaração de que não possui Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, órgão expedidor _____, e CPF nº _____, **declaro** para os devidos fins **que não possuo Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).**

Ratifico ser verdadeira a informação prestada, estando ciente de que a informação falsa incorrerá nas penas do crime do art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica), além de, caso configurada a prestação de informação falsa, apurada posteriormente ao registro acadêmico do(a) candidato(a), em procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento de seu registro na Universidade Federal do Cariri, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (art. 9º da Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação).

_____, _____ de _____ de 20 ____
(Cidade/UF) (dia) (mês) (ano)

Assinatura do(a) Declarante
Em Conformidade com o Documento Oficial Encaminhado

O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal – Falsidade ideológica

Art. 299: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena – Reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

PORTARIA NORMATIVA Nº 18, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012 – Ministério da Educação – Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012.

Art. 9º A prestação de informação falsa pelo estudante, apurada posteriormente à matrícula, em procedimento que lhe assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento de sua matrícula na instituição federal de ensino, sem prejuízo das sanções penais eventualmente cabíveis.

Não serão admitidas rubricas ou assinaturas que não estejam em conformidade com a assinatura apresentada no documento oficial com foto encaminhado no pré-cadastro.

**Formulário 04 – Declaração de trabalhador rural
(Candidato(a) e/ou membro da família)**

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, órgão expedidor _____, e CPF nº _____, membro da família do(a) candidato(a) _____ inscrito(a) no PROCESSO SELETIVO ESPECIAL DISCENTE – PSED 2025.1 da Universidade Federal do Cariri **declaro**, para os devidos fins, **que sou trabalhador(a) RURAL**, exercendo a(s) seguinte(s) atividade(s) _____, não constante na Carteira de Trabalho e Previdência Social, recebendo renda bruta nos últimos três meses:

Mês de referência	Valor bruto mensal
JUNHO de 2024	R\$ _____
JULHO de 2024	R\$ _____
AGOSTO de 2024	R\$ _____

Ratifico serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a informação falsa incorrerá nas penas do crime do art. 299 do Código Penal* (falsidade ideológica), além de, caso configurada a prestação de informação falsa, apurada posteriormente ao registro acadêmico do(a) candidato(a), em procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento de seu registro na Universidade Federal do Cariri, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (art. 9º da Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação).

_____, _____ de _____ de 20 ____
(Cidade/UF) (dia) (mês) (ano)

Assinatura do(a) Declarante
Em Conformidade com o Documento Oficial Encaminhado

O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal – Falsidade ideológica

Art. 299: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena – Reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

PORTARIA NORMATIVA Nº 18, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012 – Ministério da Educação – Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012.

Art. 9º A prestação de informação falsa pelo estudante, apurada posteriormente à matrícula, em procedimento que lhe assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento de sua matrícula na instituição federal de ensino, sem prejuízo das sanções penais eventualmente cabíveis.

Não serão admitidas rubricas ou assinaturas que não estejam em conformidade com a assinatura apresentada no documento oficial com foto encaminhado no pré-cadastro.

Formulário 05 – Declaração de trabalho autônomo(a) / profissional liberal / trabalho informal

(Candidato(a) e/ou membro da família)

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, órgão expedidor _____, e CPF nº _____, membro da família do(a) candidato(a) _____ inscrito(a) no PROCESSO SELETIVO ESPECIAL DISCENTE – PSED 2025.1 da Universidade Federal do Cariri declaro, para os devidos fins, que sou **trabalhador(a) autônomo(a)/profissional liberal OU trabalhador(a) informal**, exercendo a função de _____, não constante na Carteira de Trabalho e Previdência Social, recebendo renda bruta nos últimos três meses:

Mês de referência	Valor bruto mensal
JUNHO DE 2024	R\$
JULHO DE 2024	R\$
AGOSTO DE 2024	R\$

Ratifico serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a informação falsa incorrerá nas penas do crime do art. 299 do Código Penal* (falsidade ideológica), além de, caso configurada a prestação de informação falsa, apurada posteriormente ao registro acadêmico do(a) candidato(a), em procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento de seu registro na Universidade Federal do Cariri, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (art. 9º da Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação).

_____, _____ de _____ de 20 ____
(Cidade/UF) (dia) (mês) (ano)

Assinatura do(a) Declarante
Em Conformidade com o Documento Oficial Encaminhado

O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal – Falsidade ideológica

Art. 299: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena – Reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

PORTARIA NORMATIVA Nº 18, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012 – Ministério da Educação – Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que trata a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012.

Art. 9º A prestação de informação falsa pelo estudante, apurada posteriormente à matrícula, em procedimento que lhe assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento de sua matrícula na instituição federal de ensino, sem prejuízo das sanções penais eventualmente cabíveis.

Não serão admitidas rubricas ou assinaturas que não estejam em conformidade com a assinatura apresentada no documento oficial com foto encaminhado no pré-cadastro.

**Formulário 06 – Declaração de desemprego
(Candidato(a) e/ou membro da família)**

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, órgão expedidor _____, e CPF nº _____, inscrito(a) **OU** membro da família do(a) candidato(a) _____ no PROCESSO SELETIVO ESPECIAL

DISCENTE – PSED 2025.1 da UFCA, declaro para os devidos fins, que estou desempregado(a) desde o dia ___/___/____. Declaro, ainda, que não recebo nenhuma remuneração e que venho provendo meu sustento da seguinte forma:

Ratifico serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a falsidade das informações acima incorrerá nas prescrições do art. 2º da Lei 7.115/83, bem como nas penas do crime do art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica), além de, caso configurada a prestação de informação falsa, apurada posteriormente ao registro acadêmico do(a) candidato(a), em procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento de seu registro na Universidade Federal do Cariri, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (art. 9º da Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação).

_____, _____ de _____ de 20 ____
(Cidade/UF) (dia) (mês) (ano)

Assinatura do(a) Declarante
Em Conformidade com o Documento Oficial Encaminhado

O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal – Falsidade ideológica

Art. 299: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena – Reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

PORTARIA NORMATIVA Nº 18, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012 – Ministério da Educação – Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012.

Art. 9º A prestação de informação falsa pelo estudante, apurada posteriormente à matrícula, em procedimento que lhe assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento de sua matrícula na instituição federal de ensino, sem prejuízo das sanções penais eventualmente cabíveis.

Não serão admitidas rubricas ou assinaturas que não estejam em conformidade com a assinatura apresentada no documento oficial com foto encaminhado no pré-cadastro.

Formulário 07 – Autodeclaração de cor/raça

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, órgão expedidor _____, e CPF nº _____, inscrito no ENEM _____ sob o número _____, para fins de comprovação do contido na Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012 (Sistema de Cotas) e no Decreto 7.824 de 11 de outubro de 2012, declaro-me:

- Preto(a)**
- Pardo(a)**
- Indígena**

Ratifico serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a prestação de informações falsas incorrerá nas penas do crime do *Art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica), além de caso configurada a prestação de informação falsa, apurada posteriormente ao registro acadêmico em procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento deste registro na Universidade Federal do Cariri, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (*Art. 9º da PORTARIA NORMATIVA Nº 18, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012, do Ministério da Educação).

_____, _____ de _____ de 20 ____
(Cidade/UF) (dia) (mês) (ano)

Assinatura do(a) Declarante
Em Conformidade com o Documento Oficial Encaminhado

O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal – Falsidade ideológica

Art. 299: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena – Reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

PORTARIA NORMATIVA Nº 18, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012 – Ministério da Educação – Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012.

Art. 9º A prestação de informação falsa pelo estudante, apurada posteriormente à matrícula, em procedimento que lhe assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento de sua matrícula na instituição federal de ensino, sem prejuízo das sanções penais eventualmente cabíveis.

Não serão admitidas rubricas ou assinaturas que não estejam em conformidade com a assinatura apresentada no documento oficial com foto encaminhado no pré-cadastro.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Formulário 08 – Laudo de avaliação de deficiência física, auditiva, visual, mental e/ou múltipla

PREENCHER COM LETRA DE FORMA – ATENÇÃO A TODOS OS CAMPOS

I. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

01 - Nome completo sem abreviações:	
02 - RG/Emissor/UF:	03 - CPF:

II. LAUDO DE AVALIAÇÃO

Atestamos, para fins de enquadramento legal em reserva de vaga na Universidade Federal do Cariri, para pessoa com deficiência, nos termos Decreto nº 3.298/99, e sob as penas leis, que o requerente acima qualificado possui a deficiência abaixo assinalada:

04 - Tipo de deficiência	05 - Código Internacional de Doenças - CID-10 (Preencher com tantos códigos quantos sejam necessários)			
<input type="checkbox"/> Deficiência Física	CID-10: <input type="text"/>			
06 - Assinalar membro acometido:				
<input type="checkbox"/> Cabeça	<input type="checkbox"/> Pescoço	<input type="checkbox"/> Tronco	<input type="checkbox"/> Membro inferior	<input type="checkbox"/> Membro superior
07 - Espécie:				
<input type="checkbox"/> Monoplegia	<input type="checkbox"/> Paraplegia	<input type="checkbox"/> Triplegia	<input type="checkbox"/> Tetraplegia	<input type="checkbox"/> Hemiplegia
<input type="checkbox"/> Monoparesia	<input type="checkbox"/> Paraparesia	<input type="checkbox"/> Triparesia	<input type="checkbox"/> Tetraparesia	<input type="checkbox"/> Hemiparesia
<input type="checkbox"/> Deformidade de membro GERADORA DE INCAPACIDADE				
<input type="checkbox"/> Ostomia	<input type="checkbox"/> Nanismo	<input type="checkbox"/> Paralisia cerebral	<input type="checkbox"/> Ausência de membro	
<input type="checkbox"/> Deficiência Auditiva	CID-10: <input type="text"/>			
08 - Assinalar grau/nível:				
<input type="radio"/> Moderada (41-55dB)	<input type="radio"/> Acentuada (56-70dB)	<input type="radio"/> Severa (71-90dB)	<input type="radio"/> Profunda (acima de 90dB)	
<input type="checkbox"/> Deficiência Visual	CID-10: <input type="text"/>			
09 - Assinalar grau/nível:				
<input type="radio"/> Diminuição do campo visual Campimetria binocular $\leq 60^\circ$	<input type="radio"/> Visão subnormal Entre 0,3 e 0,05 no melhor olho	<input type="radio"/> Cegueira $\leq 0,05$ no melhor olho	<input type="radio"/> Visão monocular Lei 14.126/21	
<input type="checkbox"/> Deficiência Intelectual	CID-10: <input type="text"/>			
Funcionamento intelectual significativamente inferior à média , com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, nos termos da Lei.				
Obrigatória juntada de Relatório Neuropsicológico - Deficiência Intelectual, disponibilizado no site da UFCA.				
10 - Assinalar grau/nível:				
<input type="radio"/> Deficiência intelectual leve	<input type="radio"/> Deficiência intelectual severa			
<input type="radio"/> Deficiência intelectual moderada	<input type="radio"/> Deficiência intelectual profunda			

Deficiência mental / psicossocial

CID-10:

Funcionamento intelectual **significativamente inferior à média**, com manifestação **antes dos 18 anos** e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, nos termos da Lei.

Obrigatória juntada de Relatório Neuropsicológico - Deficiência Intelectual, disponibilizado no site da UFCA.

Transtorno do espectro autista: Para os efeitos da Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II, § 1º, art 1º, da Lei 12.764/12

11 - Assinalar grau/nível:

Clássico

Distúrbio global do desenvolvimento

Alto desempenho

Pessoa com quadro de transtorno mental grave, definido como uma síndrome caracterizada por perturbação clinicamente significativa na cognição, na regulação emocional ou no comportamento de um indivíduo que reflete uma disfunção nos processos psicológicos, biológicos ou de desenvolvimento subjacentes ao funcionamento mental, associados a sofrimento e/ou incapacidade significativos afetando atividades sociais, profissionais ou outras atividades importantes, incurável e crônico, que se encontra estabilizado e que resultou em sequelas persistentes de ordem mental e/ou sensorial.

Outras deficiências mentais/psicossociais

Obrigatória a juntada de laudo emitido por médico psiquiatra, com especialidade registrada junto ao Conselho Federal de Medicina e que deve necessariamente incluir a identificação do(a) candidato(a) através do nome completo e RG, a identificação da patologia de base causadora da deficiência com o seu código na CID-10 e a descrição detalhada das alterações psicossociais e das interferências funcionais delas decorrentes.

12 - Qualidade da deficiência

Estável

Temporária

13 - Descrição detalhada da deficiência (PREENCHER COM LETRA DE FORMA - CAMPO OBRIGATÓRIO)

14 - Provável causa da deficiência (PREENCHER COM LETRA DE FORMA - CAMPO OBRIGATÓRIO)

15 - Limitações que resultaram (PREENCHER COM LETRA DE FORMA - CAMPO OBRIGATÓRIO)

15 - Nome do médico especialista:

17 - Assinatura, data, carimbo e registro CRM

16 - Especialidade

(registrada por meio de RQE relativa à deficiência)

Formulário 09 – Relatório neuropsicológico sucinto – Deficiência intelectual

1. Mensuração de quociente intelectual. Resultado, interpretação e método.
2. (habilidades adaptativas acadêmicas) Dada a atual condição de deficiência intelectual - A aquisição, retenção e correta aplicação dos futuros conhecimentos adquiridos em nível de graduação e pós-graduação está comprometida em grau crítico, severo, mínimo, não há qualquer nível de comprometimento ou não tem elementos para responder. Justifique sua resposta.
3. (habilidades adaptativas sociais) Enquanto estudante, mantido o atual nível de comprometimento psíquico causado pelo pela deficiência intelectual, em algum grau, ele(a) pode oferecer risco a si próprio ou pessoas com as quais vai passar a ser obrigado a ter contato direto, dentro ou fora do ambiente universitário? Risco extremo, risco moderado, risco inexistente ou sem elementos para responder. Justifique sua resposta.
4. (habilidades adaptativas - trabalho) Dada a rotina diária de trabalho, uma vez graduado e mantido o atual nível de comprometimento psíquico causado pelo pela deficiência intelectual, em algum grau, ele(a) pode oferecer risco às pessoas pelas quais ele assume a responsabilidade técnica como profissional? Risco extremo, risco moderado, risco inexistente ou sem elementos para responder. Justifique sua resposta.
5. (habilidades adaptativas - comunicação) Dada a rotina de exigência por disciplina, resultados, prazos e metas há a possibilidade do comprometimento psíquico se agravar no decorrer da formação acadêmica comprometendo seriamente sua formação? Risco extremo, risco moderado, risco inexistente ou sem elementos para responder. Justifique sua resposta.
6. (habilidades adaptativas - saúde e segurança) Dada a rotina diária de exigência por disciplina, resultados, prazos e metas há a possibilidade do comprometimento psíquico se agravar no decorrer da formação acadêmica comprometendo seriamente a integridade física de outros? Risco extremo, risco moderado, risco inexistente ou sem elementos para responder. Justifique sua resposta.
7. (habilidades adaptativas - lazer) Há a possibilidade do comprometimento psíquico o(a) faça negligenciar o lazer, agravando o problema psíquico e no decorrer da formação acadêmica ou depois dela, comprometendo seriamente a sua atuação enquanto profissional? Risco extremo, risco moderado, risco inexistente ou sem elementos para responder. Justifique sua resposta.
8. (habilidades adaptativas - cuidado pessoal) Dada a rotina diária exigência por disciplina, resultados, prazos e metas há a possibilidade do comprometimento psíquico se agravar no decorrer da formação acadêmica comprometendo seriamente sua própria integridade física, incluindo suicídio? Risco extremo, risco moderado, risco inexistente ou sem elementos para responder. Justifique sua resposta.
9. (habilidades adaptativas) Independente de ingressar na Universidade, o atual comprometimento psíquico, em algum grau, pode já estar comprometendo seriamente sua própria integridade física, incluindo suicídio? Risco extremo, risco moderado, risco inexistente ou sem elementos para responder. Justifique sua resposta.

Nome do(a) psicólogo(a)

Número e UF do CRP

CPF do(a) psicólogo(a)

Formulário 10 – Autodeclaração de pertencimento étnico quilombola

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, órgão expedidor _____, e CPF nº _____, inscrito no ENEM _____ sob o número _____, para fins de comprovação do contido na Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012 (Sistema de Cotas) e no Decreto 7.824 de 11 de outubro de 2012, bem como todas as suas atualizações, declaro-me pertencente à comunidade **QUILOMBOLA:** _____, mantendo laços familiares, econômicos, sociais e culturais com esta comunidade.

_____, _____ de _____ de 20 ____
(Cidade/UF) (dia) (mês) (ano)

Assinatura do(a) Declarante
Em Conformidade com o Documento Oficial Encaminhado

O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal – Falsidade ideológica

Art. 299: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena – Reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

PORTARIA NORMATIVA Nº 18, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012 – Ministério da Educação – Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.

Art. 9º A prestação de informação falsa pelo estudante, apurada posteriormente à matrícula, em procedimento que lhe assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento de sua matrícula na instituição federal de ensino, sem prejuízo das sanções penais eventualmente cabíveis.

Não serão admitidas rubricas ou assinaturas que não estejam em conformidade com a assinatura apresentada no documento oficial com foto encaminhado no pré-cadastro.

Formulário 11 – Declaração de não possuir formação em nível superior

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, órgão expedidor _____, e CPF nº _____, **declaro** para fins de concorrência às vagas previstas no item 5.5.1 do Edital nº 25/2023/UAB/CAPES, **que não possuo formação em nível superior.**

Ratifico ser verdadeira a informação prestada, estando ciente de que a informação falsa incorrerá nas penas do crime do art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica), além de, caso configurada a prestação de informação falsa, apurada posteriormente ao registro acadêmico do(a) candidato(a), em procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento de seu registro na Universidade Federal do Cariri, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (art. 9º da Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação).

_____, _____ de _____ de 20 ____
(Cidade/UF) (dia) (mês) (ano)

Assinatura do(a) Declarante
Em Conformidade com o Documento Oficial Encaminhado

O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal – Falsidade ideológica

Art. 299: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena – Reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

PORTARIA NORMATIVA Nº 18, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012 – Ministério da Educação – Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012.

Art. 9º A prestação de informação falsa pelo estudante, apurada posteriormente à matrícula, em procedimento que lhe assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento de sua matrícula na instituição federal de ensino, sem prejuízo das sanções penais eventualmente cabíveis.

Não serão admitidas rubricas ou assinaturas que não estejam em conformidade com a assinatura apresentada no documento oficial com foto encaminhado no pré-cadastro.